



ARTIGO

por Josemar Dantas

LULISMO NEOLIBERAL

Está para ser lançado ensaio político de acadêmico filiado ao petismo para demonstrar que o Brasil ingressou na fase do “pós-neoliberalismo”. O termo não é outro: é pós-neoliberalismo mesmo. A fenomenal transformação é creditada ao jornalista Luiz Inácio Lula da Silva (agora ele escreve uma coluna semanal no *The York Times*), ao tempo em que exerceu, por duas vezes, a Presidência da República. No universo binário — economia de mercado, Estado como agente da produção econômica — há espaço para muitas controvérsias.

Os Estados Unidos, maior nação liberal do mundo, intervieram no mercado financeiro para mitigar os efeitos das traficâncias de Wall Street descobertas em setembro de 2008 (estouro da bolha imobiliária). Injetou somas públicas babilônicas para evitar a quebra de bancos estratégicos e falência de grandes complexos industriais. O governo Obama agiu na contramão dos que proclamaram, no Consenso de Washington (1989), a soberania da iniciativa privada como verdadeiro ícone: o mercado cuidará sempre de regular eventuais turbulências econômicas. O Estado norte-americano, contudo, foi chamado a intervir para contornar a catástrofe desatada por especuladores no segmento imobiliário.

Aí está exemplo de que o liberalismo, considerado como teoria antiintervencionista, nem sempre suporta abalos no sistema sem a ajuda do Estado. Em contrapartida, o Estado que resiste em conceder ao capital privado a exploração de setores estratégicos é muito mais vulnerável do que o seu antípoda. É o que se colhe da experiência lulista enquanto esteve no poder, como também da jovem senhora que o substituiu.

Sabe-se que a privatização de empresas estatais é o sinal, talvez o primeiro, indicativo de país de feitiço neoliberal. Depõe a crônica política recente que o neoliberalismo jamais foi tão intenso no Brasil do que na “era lulista”, para usar de um termo muitas vezes pronunciado em tom de serena beligerância. O hoje periodista do *Times* privatizou 2.600 quilômetros de rodovias federais, 720 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, as usinas hidrelétricas Santo Antonio, Girau, Teles Pires e Belo Mon-

te. Remeteu ao domínio do capital particular os 2 mil quilômetros da linha de transmissão de energia Porto Velho-Araraquara (SP). Da caneta neoliberal do ex-inquilino do Palácio do Planalto não escapou sequer a privatização da Ponte Rio-Niterói, para citar apenas alguns exemplos.

Cintilante expressão da “era lulista”, a presidente Dilma Rousseff não tem feito por menos. Privatizou os três maiores aeroportos do país — Cumbica (Guarulhos), Viracopos (Campinas) e Juscelino Kubitschek (Brasília). Nova lista inclui o Galeão (RJ) e o Cofins (MG). Na agenda privatista figuram outros, ou todos, terminais aeroviários. Há pouco, Dilma mobilizou a maioria governista do Congresso, à força de concessões aéticas, para obter o aval legislativo à privatização de portos.

A presidente esteve várias vezes na Europa do euro para pregar a lição segundo a qual os países em dificuldades não deveriam, como requer o receituário neoliberalista, reduzir gastos, mas investir no desenvolvimneto. A professora, aqui, já renegava o aconselhamento ao Velho Mundo. Em 2011, reduziu os gastos públicos em R\$ 50 bilhões; em 2012, o corte chegou ao mesmo valor. Agora, o contingenciamento das despesas montou a R\$ 28 bilhões. A diferença é que semelhantes iniciativas são apenas traquinagens cabalísticas para garantir superávit primário mínimo para pagar juros da dívida pública.

Os fatos são suficientes e incontesteáveis quanto à elevada sujeição ao neoliberalismo da gestão econômica do governo petista aboletado no poder há quase 12 anos. Não há, portanto, como conceder a mínima credibilidade à tese de que Lula fundou no país o pós-neoliberalismo. Uma vez ele mesmo confessou: “Jamais ‘nesse’ país os bancos ganharam tanto dinheiro quanto no meu governo”.

ERRAMOS:

Por erro de revisão, no artigo do desembargador federal Souza Prudente, publicado na primeira página deste suplemento, edição de 17 de junho, saiu no título o termo SUSPENÇÃO, em vez SUSPENSÃO. Pedimos desculpas ao autor e aos nossos leitores.